

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO**

Programa de Pós-Graduação Lato Sensu

Especialização em Educação e Divulgação Científica

Campus Mesquita

Mariana Nogueira da Motta

**ALUNOS SURDOS E CONHECIMENTO CIENTÍFICO:
uma reflexão a partir de relatos docentes.**

Mesquita
2015.

Mariana Nogueira da Motta

**ALUNOS SURDOS E CONHECIMENTO CIENTÍFICO:
uma reflexão a partir de relatos docentes.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como
requisito parcial para obtenção do grau de
especialista em Educação e Divulgação Científica.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Andréa Nascimento

Mesquita

2015

Mariana Nogueira da Motta

**ALUNOS SURDOS E CONHECIMENTO CIENTÍFICO:
uma reflexão a partir de relatos docentes.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como
requisito parcial para obtenção do grau de
especialista em Educação e Divulgação Científica.

Data de aprovação: _____

Profª Drª. Andrea Silva do Nascimento
IFRJ – Campus Mesquita

Profª Me Carla Mahomed Gomes Falcão Silva
IFRJ – Campus Mesquita

Profª Drª Gabriela Salomão Alves Pinho
IFRJ – Campus Duque de Caxias / Reitoria

Mesquita
2015

À Giselia (*in memoriam*), minha inspiração e amor eterno.

Saudades, minha mãe.

AGRADECIMENTOS

A Deus por me conceder a graça de integrar esse curso, assim como me fortalecer para não desistir apesar de tudo que passei durante os últimos semestres.

À Giselia (*in memorian*), minha querida mãe, onde sempre obtive apoio e inspiração para que eu me tornasse quem sou. Obrigada, mãe, pelas broncas, pelas releituras dos textos, pelo entendimento de horas à frente de papéis e o computador suportando a minha ausência nas conversas, a ti meu amor eterno e com muitas saudades.

Ao Fabrício Gaudêncio, querido amigo, por sempre me escutar e reler meus textos.

À Prof^a Dr^a Andréa Nascimento, que nunca desistiu de acreditar em mim, sempre me incentivando e apresentando o quão eu sou capaz, pelas conversas longas, pelos telefonemas ansiosos, pelo rigor nas correções de textos e por aceitar a minha “crise” para este trabalho.

Ao Manuel Alexandre que embarcou comigo nessa vida acadêmica, pelos incentivos, pelos finais de semana lendo textos e pedindo para me auxiliar.

À Indiara Fernandes, pelo apoio e por acreditar em mim.

Às professoras Me. Carla Mahomed e Dr^a Gabriela Salomão, que aceitaram, honrosamente, participar de minha banca.

A todo corpo docente do IFRJ Campus Mesquita que compreendeu os meus atrasos e o conforto que recebi durante o período mais difícil de minha vida.

Aos alunos de minha turma que me auxiliaram e sempre me incentivaram a continuar o curso.

À Secretaria Municipal de Educação de Nilópolis que viabilizou a realização da pesquisa junto às docentes da rede pública.

Às professoras que concederam as entrevistas. Meu agradecimento profundo.

A educação é o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele, salvando-o da ruína que seria inevitável não fosse a renovação e a vinda dos novos e dos jovens.

Hannah Arendt

RESUMO

MOTTA, Mariana Nogueira da. **ALUNOS SURDOS E CONHECIMENTO CIENTÍFICO: uma reflexão a partir de relatos docentes.** Trabalho de Conclusão de Curso. Programa de Pós-Graduação *Lato Sensu* Educação e Divulgação Científica. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro/ Campus Mesquita, 2015.

Esta pesquisa realiza um estudo sobre os processos pelos quais os alunos surdos adquirem o conhecimento científico. Para isso, elege como recorte empírico os relatos de docentes que atuam em classes regulares do segundo segmento do ensino fundamental. A pesquisa se justifica devido à escassez de trabalhos acerca da temática inclusão para pessoas com deficiência. A metodologia utilizada baseia-se na aplicação de questionários a professores que atuam no ensino fundamental da rede pública de educação do município de Nilópolis, na região da Baixada Fluminense, Rio de Janeiro. O objetivo central pautou-se em investigar os seguintes aspectos: desenvolvimento da prática docente, experiências formativas e a possibilidade de execução de uma formação continuada para atuarem nas classes acima mencionadas. Busca-se uma reflexão a respeito do processo ensino aprendizagem de alunos surdos no que se refere ao conhecimento científico.

Palavras Chave: inclusão, surdos, conhecimento científico, prática docente.

ABSTRACT

MOTTA, Mariana Nogueira da. **ALUNOS SURDOS E CONHECIMENTO CIENTÍFICO: uma reflexão a partir de relatos docentes.** Trabalho de Conclusão de Curso. Programa de Pós-Graduação Lato Sensu Educação e Divulgação Científica. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro/ Campus Mesquita, 2015.

This research conducts a study on the processes by which deaf students acquire scientific knowledge. For this, is elected as empirical cut reports of teachers who work in regular classes of the second year of elementary school. The research is justified because of the lack of studies on the subject. One may add it, the legal and political limitations on the understanding on promoting inclusive education for deaf students, restricting up only with the insertion of interpreters in the classroom, but do not emphasize the interaction of all students. The methodology is based on questionnaires to teachers, in order to investigate the following aspects: development of teaching practice, their experiences, and the possibility and implementation of a continuing education to work in these classes. The aim, therefore, is a reflection on the learning process of deaf students in the scientific knowledge.

Keywords : inclusion , deaf , scientific knowledge , teaching practice.

Lista de Tabelas

Tabela 1	Análise de periódicos por categoria.	22
Tabela 2	Perfil da atividade docente	33

Lista de Abreviatura

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDEB	Índice de Desenvolvimento Da Educação Básica
IFRJ	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	12
1	POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA	15
1.1	Educação Inclusiva e Conhecimento Científico	19
2	PRODUÇÃO CIENTÍFICA E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA ANÁLISE DE PERIÓDICOS	22
3	A IMERSÃO NO CAMPO EMPÍRICO	26
3.1	Uma análise do campo .	27
4-	“NÃO, EU NÃO REPROVO SURDOS”: PRÁTICA PEDAGÓGICA E DISCURSO DOCENTE, ANTAGONISMO NO MEIO EDUCACIONAL	32
4.1	Como se desenvolve a prática docente	33
4.2	Análise acerca das contribuições da formação acadêmica na perspectiva inclusiva	35
4.3	Experiência docente e possíveis dificuldades encontradas em sala de aula	36
4.4	Análise das políticas públicas de inclusão	38
4.5	A construção do conhecimento científico dos surdos e recursos disponíveis.	40
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	45
	ANEXOS	48

INTRODUÇÃO

Ser normal segue uma norma. Mas ser normal para o surdo significaria ser surdo, ser autenticamente surdo. (PERLIN, 2007, p.9 apud Witkoski, 2009, p. 567)

Na epígrafe acima, a autora expressa essa frase por sua indignação: ao fato de que o surdo só será incluído na sociedade quando falar igual a todos. Seu sentimento é válido e justificado na medida em que a mesma é uma pessoa surda que descreve suas experiências diante do preconceito.

É pertinente destacar uma experiência pessoal. Assim, em virtude da minha percepção infantil sobre as várias formas de comunicação, ressalto uma curiosidade dos tempos de criança: eu observava uma empregada doméstica surda, que tentava se comunicar, e eu só expressava um sorriso por não entender. Todos os dias, perguntava-me o porquê de não aprender. Certa vez, ofereci-lhe meu quadro de giz, no qual brincava de escola. Pode-se considerar a primeira etapa da aprendizagem, pois se estabelecia o primeiro contato com o alfabeto. Desta forma, tudo o que queria eu escrevia como datilologia¹: termo utilizado para escrever o nome das palavras. Como consequência, aprendi alguns sinais.

Mais tarde, com o meu aperfeiçoamento em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, eis que iniciam alguns questionamentos em relação à escolaridade dessas pessoas, pois percebi que sua aprendizagem, muitas vezes, realizava-se em escolas próprias para surdos, no qual passou, historicamente, por diversas transformações. Cabe aqui a indagação de como os surdos adquirem conhecimento científico no ambiente escolar.

Participando de encontros com surdos na igreja, exemplifico com a experiência na Jornada Mundial da Juventude, onde colaborei como intérprete

¹ “Datilologia se refere ao alfabeto manual, utilizado em palavras que ainda não possuem um sinal, ou em nome de lugares e pessoas.” Texto extraído de: <http://www.editora-arara-azul.com.br/pdf/artigo3.pdf>. Acesso em: 29 de janeiro de 2014

voluntária, fui percebendo que sua comunidade tem muito a ensinar culturalmente, mas, em contrapartida, sua escolaridade é defasada. Alguns, em sua minoria, almejam chegar à educação superior. No entanto, argumentam as dificuldades de conseguirem intérpretes para lhe auxiliarem. Outros realizam esses cursos, mas com leitura labial, no qual retorno à constatação de Witkoski (2009, p. 566): “onde perpetua a concepção do surdo pela sua deficiência tal qual pela vontade de fazer o surdo falar”.

Em uma pesquisa realizada por Silva e Pereira (2003), constata-se que a inclusão é uma temática presente nos debates educacionais. No entanto, estas autoras ressaltam que a realidade do processo ensino aprendizagem ocorre de modo inadequado. Diante do exposto, emerge a análise das políticas públicas destinadas à inclusão de pessoas com deficiência, em especial, surdas. Nas últimas décadas, pode-se verificar que houve um avanço no que concerne a documentos de cunho político e jurídico que respaldam as questões relacionadas à inclusão. Entretanto, a formação de professores e as políticas institucionais no que se referem à inclusão permanecem aquém dos documentos elaborados pela sociedade em torno da temática em tela.

Para a elaboração deste estudo com a temática da prática docente e a sua formação frente à educação dos surdos, realiza-se um levantamento de dados no recorte temporal nas duas últimas décadas, onde foram analisados periódicos no sítio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), produzidos de acordo com o tema abordado, verificando se há uma preocupação com a eficácia do ensino aprendizagem de ciências, assim como sua acessibilidade para o mesmo conhecimento, assentindo a sua cultura e identidade, pois somos todos diferentes mas a educação é de direito igualitário a todos. E assim se realiza a flexão de forma que, primeiramente, realiza-se um estudo sobre os documentos que norteiam as políticas públicas para educação inclusiva, e mais adiante uma análise de periódicos já citados acima que se sucedeu no período de fevereiro de 2014 a junho de 2014 .

Esta pesquisa tem como objetivo central analisar os processos pelos quais os alunos surdos adquirem o conhecimento científico através dos relatos

de docentes que atuam em classes regulares. Nessa perspectiva, o trabalho realizado buscou as indagações e questionamentos a respeito dos docentes e suas experiências diante das classes regulares, tal como a sua prática.

A inserção ao campo empírico decorreu com a finalidade de entrevistar os docentes que em suas classes regulares estariam incluídos alunos surdos, sendo baseado num questionário previamente elaborado tal qual o preenchimento do termo de livre consentimento.

A pesquisa emerge de forma quantitativa, de forma que elenca-se a dimensão na qual a inclusão possa a ser praticada, possui o cunho etnográfico quando está relacionado a inserção no campo de pesquisa e elenca-se de procedimento documental, ao se fazer pertinente um levantamento de respaldos legislativos (MOREIRA E CALEFFE, 2008, p.73-85)

Na tentativa de construir respostas às possíveis inquietações sobre as dificuldades pressupostas de uma pessoa surda aprender em um contexto de educação formal, torna-se relevante a indagação de Nascimento (2012, p.15): “Qual é a sua crise?” Afirmando que a minha crise é saber como se dá essa aprendizagem, como os docentes analisam o processo de ensino aprendizagem de alunos surdos.

CAPÍTULO 1- POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Com a temática educação, tem-se como consequência analisar suas respectivas políticas públicas. Este viés representa a base para todas as ações que se desenvolvem com o objetivo da inclusão e seus avanços que são realizados através dos respaldos legislativos, como documentos legais gerados a partir dos debates em sociedade.

Sendo assim, pode-se localizar que, em 1945, a frase citada na Declaração Universal dos Direitos Humanos que: "toda pessoa tem direito à educação" constitui-se um marco do reconhecimento dos direitos universais do homem, e a sua perspectiva inclusiva estava intrínseca.

Em 1990, em Jomtien, Tailândia, promove-se uma conferência com representante de vários países com a necessidade de alcançar a todos e em combinadas experiências a fim de suprir as falhas e viabilizar como meta o progresso do ensino básico, que se configura a seguinte frase: “[...] educação é um direito fundamental de todos, mulheres e homens, de todas as idades, no mundo inteiro” (Declaração Mundial de Educação para Todos, 1990), esperando que de fato ocorra de modo igualitário a educação para todos os cidadãos. Esta é uma expressão da insatisfação em massa em relação à qualidade da oferta e aos resultados da educação básica.

No que tange às pessoas com deficiência, encontra-se na Carta da Constituição Federal Brasileira o seguinte pressuposto: “[...] III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino: [...]” (Constituição Federal, 1988, Art. 208, Inciso III). Emerge-se a necessidade de se regulamentar o ensino para este perfil, onde se assegura a todos o direito e atendimento especializado. Com isso, as instituições estão diante de uma realidade: a de um alunado diferenciado demandando assim uma reestruturação tanto da parte física como no departamento pedagógico para o atendimento das demandas de um público ainda muito tímido nos espaços escolares.

É pertinente ressaltar que, no ano de 1994, a Declaração de Salamaca foi escrita por um grupo de 300 participantes, em representação de 92 governos e 25 organizações internacionais, para salientar sobre as instituições e o recebimento de crianças, jovens e adultos com necessidades especiais, especificando que essas não se referem somente à deficiência física, mas a todas as dificuldades tanto motoras quanto de aprendizagem. O documento ainda ressalta o desafio das instituições escolares a respeito de um preconceito que possa vir a ser estabelecido pela comunidade, tal como o grande desafio das escolas de proporcionar uma educação de excelência para todos. Pois:

[...]que se confronta esta escola inclusiva é o de ser capaz de desenvolver uma pedagogia centrada nas crianças, susceptível de as educar a todas com sucesso, incluído as que apresentam graves incapacidades. O mérito destas escolas não consiste somente no facto de serem capazes de proporcionar uma educação de qualidade a todas as crianças; a sua existência constitui um passo crucial na ajuda da modificação das atitudes discriminatórias e na criação de sociedades acolhedoras e inclusivas... (Declaração de Salamaca, 1994, p. 06)

Para enfatizar esse progresso no desenvolvimento da educação inclusiva, para tanto sendo reconhecida por educação especial, sendo preferencialmente para alunos com necessidades especiais, passa a ser referenciada de tal modo a partir de 1996 na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a partir do artigo 58 redigido a seguir, onde dispõe sobre os currículos a serem implantados, formação docente, tal como a integração com a vida social:

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições

específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil. (BRASIL, 1996)

Mediante os documentos formulados, foram analisadas as situações propostas para integração dos alunos para com a comunidade escolar. Deste modo, há pertinência em observar a educação especial por uma perspectiva inclusiva, assegurando, a todos os alunos com deficiência, a inclusão, de acordo com Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008). Este documento tem como pressuposto a ampliação da educação através do bilingüismo, para que, mesmo com diferenças lingüísticas, o aluno surdo possa estar interagindo em sala, na interface de não exercer a discriminação:

[...] acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2007 p.14)

A educação especial, na interface da educação para surdos, compreende no bilinguismo de modo que devam ser oferecidas duas línguas para esses alunos: a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e a Língua Portuguesa, como disposto na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008, p.17):

Para a inclusão dos alunos surdos, nas escolas comuns, a educação bilíngue - Língua Portuguesa/LIBRAS, desenvolve o ensino escolar na Língua Portuguesa e na língua de sinais, o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua na modalidade escrita para alunos surdos, os serviços de

tradutor/intérprete de Libras e Língua Portuguesa e o ensino da Libras para os demais alunos da escola. O atendimento educacional especializado é ofertado, tanto na modalidade oral e escrita, quanto na língua de sinais. Devido à diferença linguística, na medida do possível, o aluno surdo deve estar com outros pares surdos em turmas comuns na escola regular.

Para a eficácia desse processo de ensino aprendizagem, estabelece-se por obrigatório a disponibilização de intérpretes de LIBRAS, nas unidades de ensino que estiverem incluídos os alunos surdos, assegurando a esses alunos o direito e a acessibilidade a todos, como salienta o Decreto nº 5626 de 2005, em seu artigo 23, insere a língua já mencionada em cursos de Licenciatura, para a formação tanto de alunos como profissionais capazes de interagir e facilitar o entendimento dos surdos.

Continuando a reflexão sobre a prática docente e sua formação, está destacado no texto anteriormente citado, Declaração Mundial de Educação para Todos (1990), o acesso ao conhecimento das ciências assim como a aquisição do conhecimento científico e tecnológico. Portanto, as pesquisas científicas também podem ser elaboradas na interface inclusiva, sendo de obrigatoriedade da sociedade essa ênfase:

A sociedade deve garantir também um sólido ambiente intelectual e científico à educação básica, o que implica a melhoria do ensino superior e o desenvolvimento da pesquisa científica. Deve ser possível estabelecer, em cada nível da educação, um contato estreito com o conhecimento tecnológico e científico contemporâneo. (Declaração Mundial de Educação para Todos, 1990).

As políticas públicas da educação inclusiva salientam a importância de incluir o alunado no ensino regular de forma que os mesmos venham a frequentar as aulas e assim concluir a educação básica. Porém, o que remete à produção científica, a relatos de docentes, há uma evasão, tendo, portanto, uma conveniência em verificar os materiais já produzidos e relatar quão relevantes são para a inclusão na prática docente e a sua formação.

1.1- Educação Inclusiva e conhecimento científico

Tendo em vista o tema inclusão, pode-se afirmar que a temática distancia-se de se constituir somente utopia, configurando-se em um conceito cada vez mais presente nos discursos das políticas públicas educacionais. Se tivemos avanços no âmbito dos documentos que respaldam a inclusão, deve-se avaliar na prática se realmente vai materializar o ato de incluir. Como Rosa (2011, p.147) afirma:

Entende-se que a inclusão é proposta para levar a prática o que a Constituição coloca como igualdade em todos os contextos sócio educacionais. É necessário que por mais que a ideia seja plena, essa mesma igualdade pode diferenciar [...] Apesar de se ter linhas traçadas, teoricamente, a inclusão é como uma folha de papel em branco. Nada há lá, por si só. Nosso pensamento a decidir o que fazer na folha em questão é a diversidade, a diferença, os múltiplos outros que deverão estar nesta folha.

A inclusão de surdos, especificamente, passa muito mais do que simplesmente colocar um intérprete em sala de aula. A sua funcionalidade se dá devido à comunicação com os colegas de classe da mesma forma que com o professor, pois as instituições e os docentes devem se adaptar aos mesmos, oportunizando meios para sua aprendizagem, para que realmente se faça a inclusão, não esquecendo que há uma diferença entre incluir e interagir, como Ferreira aponta (2009, p. 05):

A inclusão pode ser confundida com interação, mas existem diferenças entre elas. Na interação, a criança precisa se adequar a realidade da escola, já na inclusão à escola é que tem que se adequar a criança, aceita-la da maneira que ela é seja ela deficiente ou não. (FERREIRA 2009, p. 05):

No que se refere ao processo ensino aprendizagem, há uma grande discussão a respeito desse assunto. Feltrini e Gauche (2005) afirmam que a maior dificuldade de um surdo é assimilar a Língua Portuguesa, onde a escrita

se difere de sua língua principal, LIBRAS. Com isso, faz-se um grande desafio para manter essa aprendizagem de modo eficaz, principalmente se analisarmos no âmbito das ciências, pois para atingirem os objetivos propostos devem apresentar todo o contexto em atividades concretas e visuais, devido a não se ter sinais para todos os conteúdos científicos, como justifica Feltrini e Gauche (2005, p. 05):

A ausência de sinais para expressar um determinado conceito em Libras prejudica a compreensão de todo o conteúdo ministrado. Por outro lado, somente após a compreensão significativa desse conceito pelos alunos surdos, o sinal correspondente poderá ser criado e incorporado à língua de sinais. Embora o professor de Ciências seja conhecedor dos conceitos científicos envolvidos em aulas de Ciências e possa propor sinais específicos, em conjunto com especialistas em Libras, cabe à comunidade surda validar o uso de sinais correspondentes. E essa comunidade somente sentirá necessidade de expressar conceitos científicos em língua de sinais após a apropriação dos instrumentos de utilização de discursos científicos, quando por meio da língua de sinais seja possível, de fato, discutir o conhecimento e os avanços tecnológicos e científicos. Para tanto, reforça-se a importância do uso de estratégias comunicativas em sala de aula de ensino de Ciências a estudantes surdos.

Para a inserção num meio científico não basta apenas lhe dar milhares de informações sem levar em consideração os aspectos sociais e também se há conhecimentos de determinados assuntos, se já houve visualização de tais. Chassot (2003) afirma que não se pode fazer dos alunos meros depósitos de conhecimento, e sim um ser ativo para tais conceitos, ainda mais se analisarmos a ciência como uma linguagem de todos, e assim formalizar que ocorra a transformação, como no caso “descrever a natureza numa linguagem científica”.

Mas, dentre os estudos científicos, muitos se questionam sobre a inclusão dos surdos, não somente a colocação de um intérprete em sala, pois não faz com que tenha uma intervenção nem interação com o docente devido as suas dificuldades com os textos escritos em Língua Portuguesa. Desse modo, não ocorre uma devida elaboração de conceitos pelos alunos, tudo que

se faz é uma cópia de ações, como relaciona Feltrini e Gauche (2005, p. 04). Os autores ainda complementam sobre o que falta para tal educação científica:

Para inserção do surdo no mundo científico, é preciso que a escola possibilite a criação de espaços para a fala do aluno em Libras – oportunidade para o aluno expor suas ideias, para se tornar apto a utilizar a linguagem científica, em uma perspectiva de evolução da compreensão conceitual. Dessa forma, o surdo poderá participar efetivamente das aulas, interagindo e questionando por meio das Libras.

Diante do exposto, faz-se pertinente ressaltar que a instituição escolar deve proporcionar espaços e atividades para que ocorra uma educação científica tal qual priorizar a formação docente nesse âmbito, investindo em recursos e grupos de estudos para subsidiar os alunos incluídos.

CAPÍTULO 2- PRODUÇÃO CIENTÍFICA E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA ANÁLISE DE PERIÓDICOS.

A partir da temática “ensino de ciências” e a “educação dos surdos”, realizou-se um levantamento de dados com base em periódicos disponíveis no site da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com enfoque no recorte temporal das duas últimas décadas. Ressalte-se que, embora o sítio institucional da Capes esteja passando por atualização, foram encontrados em torno de 100 trabalhos.

Para a demonstração de tais textos, apresenta-se a tabela no qual as categorias utilizadas foram: a) formação docente - assim como formação profissional de intérpretes; b) políticas públicas - assuntos relacionados aos respaldos legislativos; c) educação superior - ressaltando a preocupação com a formação após educação básica; d) práticas pedagógicas/ educação bilíngüe - enfoque principal em métodos para a alfabetização e inserção de surdos nas escolas; e) aprendizagem/ libras; e f) outros - para textos com temáticas diversas utilizou-se a nomeação de outros.

Tabela1: Análise de periódicos por categoria

Categorias de busca	Quantidade
Formação docente	15
Políticas Públicas	19
Educação Superior	10
Práticas Pedagógicas/ Educação Bilíngüe	17
Aprendizagem/Libras	24
Outros	15
Total Analisados	100

Tabela elaborada pela autora com base no sítio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

É importante destacar que todas as categorias de busca foram relacionadas à temática “ensino de ciências”. Desse modo, para realizar a busca do material científico utilizando como categoria de análise “ensino de ciências para surdos”, foram localizados 23 artigos, dentre esses, dois artigos apresentam discussões em relação à prática do ensino de ciências efetivamente, tendo os 21 artigos a temática do ensino bilíngue, onde consolida o uso do português e a Libras para o processo de ensino aprendizagem.

Retomando os artigos relacionados à temática apresentada, o primeiro apresenta um enfoque sobre a elaboração de módulos para o ensino de ciências, discorrendo principalmente sobre o sistema respiratório, com um breve histórico da educação para surdos e seus respaldos legislativos, tal como a utilização de uma intervenção pedagógica, utilizando a teoria do sociointeracionismo para melhorar a aprendizagem.(QUEIROZ , *et al* 2002)²

No segundo artigo relacionado, apresenta-se um estudo sobre o ensino e aprendizagem das disciplinas Físico-Químicas e Ciências, sendo uma dissertação de Mestrado da universidade de Lisboa, apresentada em 2008, tendo como autores: Carla Cristina Miguel Oliveira, Maurícia Maria Marques Mano de Crisóstomo, expondo a interação dos alunos surdos e seus pares ouvintes. O texto relata essas relações e a frustração dos docentes por não serem preparados para as devidas situações. As autoras utilizaram questionários e identificaram nas respostas que a implementação de leis não alcança algumas escolas para tais atividades.

Afim de aprofundar o estudo, o levantamento prosseguiu utilizando a categoria “educação para surdos”. Assim, percebe-se que há em média 10 artigos relacionados com a educação superior. No âmbito geral, há uma retomada aos desafios enfrentados pelos alunos surdos que optam por dar continuidade a sua formação, um enfoque é proposto para a graduação Letras-

² 2002, na Revista Ciência e Educação, os autores Thanis Gracie Borges Queiroz , Diego França Silva, Karlla Gonçalves De Macedo e Anna Maria Canavarro Benite tendo como campo empírico a Associação dos Surdos de Goiânia.

LIBRAS e a representação social desse grupo universitário na presença dos demais. Também há artigos relacionados à inserção de intérpretes nas faculdades e o sentimento que gera unindo os surdos à comunidade ouvinte.

Ainda na categoria “educação para surdos”, vislumbra-se 17 artigos relacionados aos casos específicos de determinadas regiões no qual ocorre uma municipalização das políticas públicas de inclusão, apresentando nessas a especificidade de cada ente público frente ao processo de inclusão de surdos.

A formação docente também é um assunto que vem sendo apresentado em parte dos periódicos analisados, de forma que expressam sentimentos de insatisfação dos professores para como se desenvolve a inclusão. Encontra-se nos textos pesquisados, o reconhecimento de uma formação adequada, essa que não está sendo alcançada com êxito desde a graduação, em que dificulta o processo de ensino aprendizagem tal como a interação professor e aluno.

A prática pedagógica e o bilinguismo é uma temática atualmente abordada, pois está em estudos a atuação dos professores e a educação bilíngue, na tentativa de sucesso com a associação da Língua Portuguesa e a LIBRAS para a educação dos surdos, descartando a possibilidade de discriminação em sala de aula.

Na realização dessa busca na categoria “educação para surdos”, evidencia-se um artigo realizado por estudantes do curso stricto sensu na Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, Minas Gerais, Brasil, sendo os autores Roberta Espote; Conceição Aparecida Serralhal; Fabio Scorsolini-Comin. No texto, os autores relatam sobre a realização de uma pesquisa de artigos científicos no recorte temporal de 2005 e 2011, com a temática de inclusão. Suas conclusões apontam como fundamental a realização de novos trabalhos a respeito da temática até mesmo relacionada ao ensino científico, pois não há trabalhos realizados para tal. Dispõem ainda sobre a ausência de relatos docentes com alunos que tenham frequentado a educação básica, discorrendo sobre os sucessos e fracassos da educação básica e o processo de inclusão.

De acordo com a análise e com os artigos relacionados, é oportuno salientar a importância dessa averiguação. Como já exposto, faz-se necessária a produção de materiais que possam enriquecer o estudo a respeito da inclusão efetivando a inserção no meio científico, no ensino de ciências. Desse modo, busca-se alcançar um envolvimento educacional de forma que atenda as necessidades dos surdos.

Pelo exposto, a reflexão acerca dos estudos integrando as políticas públicas de educação inclusiva que sugere que ocorra uma efetiva inclusão na educação básica com alunos surdos e a análise dos periódicos, emerge o estudo referente à prática de docentes e a sua formação inicial e continuada, justificando a relevância do estudo em tela.

CAPÍTULO 3- A IMERSÃO NO CAMPO EMPÍRICO

Este capítulo inicia-se com a análise de Velho (1978), segundo a qual a escolha de um campo empírico está relacionada com a afinidade entre o pesquisador e o objeto de estudo. Deste modo, adquire relevância, não o encontro, mas a capacidade de interpretação e a dimensão da subjetividade. Diferentemente da posição confortável, o estranhamento de algo familiar nos remete a um confronto, cuja ação reside na capacidade de analisar e perceber que os conflitos existentes que transcendem toda a realidade (VELHO, 1978).

E esse estudo do campo empírico nos remete de forma antropológica às considerações do clássico Malinowski (APUD LAGE 2009) em que, para o autor, é ponto central analisar o contexto social através dos olhares dos outros. Desse modo, faz-se pertinente ao pesquisador se inserir no campo empírico para que se aproprie de discursos e falas dos pesquisados a fim de fundamentar sua pesquisa.

Com esse objeto de estudo - professores de alunos surdos incluídos em classes regulares – estabeleceu-se contato com o secretário e toda a equipe responsável pela educação do município de Nilópolis, na Baixada Fluminense, na qual foi agendada uma reunião onde foi exposta toda a proposta da pesquisa.

É importante afirmar que os surdos que estudam na rede pública em tela concentram-se em uma única escola, considerada pólo. Desse modo, todas as entrevistas com os docentes foram realizadas em um único espaço escolar, sendo estas com base num questionário devidamente apresentado previamente. Participaram desta pesquisa sete docentes, sendo uma componente da gestão escolar.

Embora tenha seguido o ritual de autorização, a inserção no campo não se desenvolveu de modo livre. Registra-se a presença constante da docente responsável pelo setor de educação especial no município. Seria uma informante qualificada que viria a guiar a imersão no campo empírico? Ou,

assumidamente, um mecanismo de controle relacionado ao desenvolvimento da pesquisa no que tange à liberdade de expressão docente?

No primeiro contato estabelecido com a secretaria de educação, realizou-se, também, um processo de escuta em relação aos desafios da nova gestão. Dentre os quais, é possível destacar a emergência de que cada escola da rede possa elaborar o seu Projeto Político Pedagógico. Trata-se de um documento ausente na instituição escolar da referida rede.

A equipe da secretaria lamenta a carência de projetos que auxiliem as escolas na transição da etapa da educação infantil para a etapa do ensino fundamental, tal qual do 5º ano para o 6º ano.

A ausência de formação de algumas gestoras das instituições configurou-se, também, como elemento de preocupação da equipe da secretaria de educação. Segundo a qual, devido há longos anos sem que houvesse quaisquer modificações, diversas dessas diretoras não possuem formação no nível de graduação, assim como a seleção não se baseia na consulta à comunidade.

3.1- Uma análise do campo.

A Escola Municipal Poeta Carlos Drummond de Andrade, instituição na qual foi autorizada a se constituir o campo empírico da presente pesquisa, está localizada no bairro Nossa Senhora de Fátima, em Nilópolis, município da Baixada Fluminense do Rio de Janeiro. Trata-se de uma visível região da periferia, onde se encontra próxima à comunidade da Chatuba, região marcada por alto índice de violência.

Em relação ao Município de Nilópolis destaca-se que possui uma área de 19.133km². Possui Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - 2010 (IDHM 2010) de 0,753, podendo ser considerado um nível alto. Do total de

157.425 habitantes, há um quantitativo total de 24.276 pessoas matriculadas no Ensino Fundamental, baseado no Censo do ano de 2012³.

No que se refere à rede pública de educação, ainda de acordo com o Censo, apresentam-se também dados a níveis educacionais um quantitativo de 294 docentes no ensino fundamental, sendo esses distribuídos em 17 instituições escolares, com a realização de 8.206 matrículas na rede municipal de ensino, no ensino fundamental.

Afim de contextualizar os dados educacionais, no ano de 2011 a instituição, campo da presente pesquisa, atingiu a meta do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), com o valor estimado de 4,5. Já no ano que sucede a avaliação, no ano de 2013, não alcançou a média esperada, havendo como nível de avaliação a nota 3,6, no decorrente que a meta projetada era de 4,1.

Analisando a infraestrutura da escola, observa-se que possui 14 salas, uma sala de recursos multifuncionais, sala da diretoria, sala dos professores, um laboratório multimídia e uma pequena quadra na qual se realiza atividades físicas, sendo a mesma coberta. O que se destaca na instituição, por ser identificada na secretaria de educação como uma escola inclusiva, é a existência de rampas e banheiros adaptados a cadeirantes.

Diante do exposto, a visita na escola foi de forma guiada, onde em primeiro contato, não havia os docentes de classes regulares na escola devido ao conflito de horário. Porém, as instalações foram apresentadas pela docente do setor de educação especial da secretaria de educação: salas de aulas, com quantitativo 15 a 30 carteiras. O ambiente pedagógico caracterizava-se pela ausência de elementos visuais nas paredes, onde não apresentavam nenhum cartaz demonstrativo, tal como a sala multimídia, que apresentava aproximadamente 15 computadores, em uma sala pequena e desconfortável.

³ Informações extraídas do site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sito a : <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=330320>. Acessado em: 23/01/2015

É pertinente ressaltar que um dos projetos realizados nesta instituição com os alunos surdos é a forma avaliativa, onde os intérpretes gravam vídeos das perguntas e respostas, sendo avaliação objetiva, e os alunos na sala multimídia assistem ao vídeo e executam a avaliação bimestral, assinalando a resposta correta. Caso ocorram dúvidas, o professor, junto com o intérprete, intervém para o esclarecimento das mesmas.

A direção escolar se apresentou de forma acolhedora, explicando sobre o quantitativo de alunos surdos incluídos, de alguns que não possuem acompanhamento familiar, das cobranças realizadas pela secretaria de educação em relação ao aprendizado desses alunos, e informou que alguns professores tinham o conhecimento da LIBRAS. Seu discurso impressiona, pois a mesma utilizava a expressão “meus surdos”!

Nesse primeiro contato, foi realizada uma entrevista com a professora da sala de recursos multifuncionais, que faz o atendimento no contra turno dos alunos surdos, de forma que auxilia na Língua Portuguesa. Considera-se que a docente foi receptiva e apresentou a sala de recursos que dispunha de cartazes explicativos com sinais em LIBRAS, computadores e jogos educativos.

Em uma segunda visita à instituição, houve a autorização para a realização das entrevistas com docentes. Todavia, a coleta de dados foi atravessada pela forma apressada, segundo a qual, as docentes informaram haver, naquele momento, um processo avaliativo de nível macro. Neste sentido, foram selecionadas as docentes que se encontravam no horário de intervalo, que concederam a entrevista no momento em que as mesmas efetuavam as correções da avaliação.

Além dessa dificuldade, o local cedido para a entrevista seria a sala dos professores onde estavam no momento vários professores e também as orientadoras pedagógicas de forma que restringiria a fala dos mesmos. Percebe-se que algumas docentes não estavam à vontade para conceder a entrevista da mesma forma que houvera resistência por parte de outras. Por

insistência da pesquisadora, todas as docentes com o perfil ora mencionado participaram das entrevistas.

Durante a realização das entrevistas, as participantes questionavam que o seu perfil não correspondia para o desenvolvimento da presente pesquisa tendo em vista que, segundo as mesmas, seu conhecimento acerca do tema da inclusão devia-se em grande parte a sua experiência acumulada ao longo de vários anos em detrimento de uma aprendizagem oriunda do meio acadêmico. No entanto, considera-se que qualquer relato momentâneo seja de grande relevância para este estudo, pois se vislumbra a afirmação de Velho (1978, p. 130):

Embora familiaridade não seja igual a conhecimento científico, é fora de dúvida que representa também um certo tipo de apreensão da realidade, fazendo com que as opiniões, vivências, percepções de pessoas sem formação acadêmica ou sem pretensões científicas possam dar valiosas contribuições. (VELHO 1978, p. 130)

O discurso de uma coordenadora destacou-se diante das demais, a mesma relatava que não poderia conceder entrevista devido a sua formação acadêmica, pois não possuía especialização, sendo explicado que o requisito para a participação da pesquisa era somente ter alunos surdos em sala de aula. Apresenta dessa forma que os próprios companheiros de profissão possuem um rótulo de que só contribui para os estudos aqueles que possuem título.

Apresenta-se adiante um relato sobre as entrevistas. Entretanto, o campo empírico permitiu detectar que houve um grande receio da classe docente quando se expõe que a entrevista será gravada e auxiliará para um estudo. Do mesmo modo, houve a percepção de que as docentes não se sentiram à vontade, embora a pesquisadora ressaltasse que a participação deveria ser espontânea, seguindo o protocolo que rege o “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido”, de acordo com a Resolução 190, do Conselho Nacional de Saúde. O resultado da relação pesquisadora e docentes

baseou-se na análise de respostas sucintas, mas fundamentais para se compreender a realidade de como se desenvolve a transmissão-aquisição do conhecimento científico na rede regular de ensino no que se refere aos surdos no município em tela.

Após as entrevistas, pode-se refletir sobre a análise do perfil da classe docente da escola: professoras de idade entre 50 e 60 anos – etapa final da vida profissional, pois, em sua maioria, a aposentaria é uma realidade próxima. Observa-se que estão alheias aos debates acerca das políticas públicas de inclusão e enfatizam o discurso o qual não estão preparadas para atuarem em classes regulares em que estejam matriculados alunos surdos. Acrescente-se ao fato de que nenhuma docente domina o idioma LIBRAS. Como consequência, o diálogo com alunos surdos ocorre, somente, pelo auxílio dos intérpretes. Quanto à formação acadêmica, todas as entrevistadas possuem especialização, e pretendem encerrar, brevemente, a carreira do magistério.

CAPÍTULO 4- “Não, eu não reprovosurdos”: prática pedagógica e discurso docente, antagonismo no meio educacional.

Skeeter é uma escritora recém formada, de pele branca, que vive em uma cidade nos anos de 1960, onde os negros abdicam –se de suas famílias para cuidar e educar os filhos dos brancos. Decide escrever um livro de acordo com as histórias dessas empregadas. Durante este filme, o autor destaca a exclusão social e elenca alguns questionamentos relacionados ao preconceito étnico-racial, tal como a utilização de banheiros separados por parte das empregadas, a diferenciação nos táxis, casas e ruas, de forma que estava discriminado explicitamente o lugar que poderia ser frequentado pelos negros.⁴

A exclusão pontuada pelo cineasta reflete um preconceito racial, de forma que sejam posto aquém os negros, e assim apresenta a trajetória de diversas empregadas, as atitudes de suas patroas.

O objetivo de trazer à tona esta história é ilustrar que a exclusão, independente da forma com se apresenta, configura-se em uma questão distante de ser superada na atualidade. Em um mundo onde cresce a mentalidade da ampliação dos direitos, exclui-se negros, exclui-se mulheres, exclui-se pobres e, exclui-se, demasiadamente, pessoas com deficiência. Desse modo, a afirmação acima: “Não, eu não reprovosurdos” abarca uma proteção excludente. Em outras palavras, busca proteger sujeitos “incapazes”, *a priori*, de sobreviver em um sistema de educação regido pelas perversas políticas avaliativas.

Este capítulo dedica-se aos relatos das professoras participantes desta pesquisa. De forma que a frase que o nomeia retrata um discurso considerado excludente, pois os alunos são iguais, e ao relatar que não há reprovação para

⁴ Esse texto foi inspirado no filme “Histórias Cruzadas” baseado no livro romance homônimo de Kathryn Stockett de 2011.

alunos surdos retrata que, mesmo o discurso sendo igualitário, a prática se faz diferenciada.

Com o objetivo de analisar as entrevistas das docentes, organizou-se a seguinte tabela para o entendimento da prática das participantes:

Tabela 2- Perfil da atividade docente

Perfil	Tipo de Prática docente
Docentes A e B	Realizam atendimentos especializados em sala de recursos multifuncionais com surdos.
Docente C, D, E e F	Lecionam disciplinas diferenciadas como Língua Portuguesa, Matemática, Educação Artística e Geografia, em suas classes há alunos surdos matriculados.
Docente G	Membro da equipe de gestão.

4.1- Como se desenvolve a prática docente.

Esse questionamento se faz pertinente para verificar como as professoras, que vislumbram a inclusão, em suas classes desenvolvem a prática de modo que se realmente ocorre uma adaptação e se há uma interação com os alunos surdos.

Segundo os relatos, na sala de recursos das docentes A e B, que realizam atendimento, há uma ênfase no ensino da Língua Portuguesa, já que consta como a segunda língua para alunos surdos, de acordo com a “Política

Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusão” (2007), e as mesmas sem domínio das LIBRAS dissertam sobre a prática:

Tenho conhecimento básico em LIBRAS e tento trazer alguns vídeos, coisas práticas, eles gostam muito de internet e tento aprofundar os conhecimentos da sala de aula , não igual aos professores específicos. (DOCENTE A)

Trabalho com surdos do primeiro e segundo segmento desenvolvendo a linguagem, adaptando os recursos. (DOCENTE B).

Na declaração das demais professoras, é perceptível que não ocorre uma preocupação em realizar uma adaptação dos conteúdos com a prática, e ainda questionam sobre a falta de materiais e de intérpretes na unidade de ensino. Como enfatiza Pletsch (2009, p. 149):

Resumindo, podemos dizer que o professor deve valorizar a diversidade como aspecto importante no processo de ensino-aprendizagem. Além disso, necessita ser capaz de construir estratégias de ensino, bem como adaptar atividades e conteúdos, não só em relação aos alunos considerados especiais, mas para a prática educativa como um todo, diminuindo, assim, a segregação, a evasão e o fracasso escolar.

Diante desse discurso faz se uma análise das demais declarações nas quais não há uma preocupação com a melhoria de sua didática para suprir a demanda escolar dos surdos:

Uso muito o dicionário porque tem palavras que não conhecem. (DOCENTE C)

Alguns possuem livros ou não, trabalhos quando tem intérpretes eu passo a matéria e eles vão traduzindo. (DOCENTE D).

Temos uma inexistência de estrutura para trabalho. (DOCENTE E).

Minha prática é com visão humanística, independente dos conceitos pedagógicos. Mas o que implica no seu cotidiano,

necessito dos conhecimentos básicos, eles precisarão dos conhecimentos. (DOCENTE F)

Ressalto a docente F que apresenta uma preocupação em transpor o conceito com a realidade, sendo esse uma possibilidade não somente para inclusão, mas para a educação de forma íntegra? Pois a mesma é autora da declaração: “Não, eu não reprovos surdos”.

4.2. Análise acerca das contribuições da formação acadêmica na perspectiva inclusiva.

É relevante destacar que, de modo geral, a formação recebida pelos professores influencia diretamente no desenvolvimento dos alunos (LIBÂNEO, 1998 APUD PLETSCH, 2009, p. 149).

De acordo com a epígrafe acima, percebe-se que o desenvolvimento das classes escolares depende da formação acadêmica de seus respectivos docentes. No entanto, considera-se esta apenas uma variável na realidade das escolas da educação básica.

Segundo a Portaria nº1793/94, que recomenda a inclusão da disciplina “Aspectos ético-político-educacionais da normalização e integração da pessoa portadora de necessidades especiais”, observa-se que há debates em relação à temática formação docente e inclusão de pessoas com deficiência, carecendo teoria e prática de profundas contextualizações.

Quando se indaga às docentes participantes sobre a formação docente e inclusão, não há uma resposta de que tenha feito algum curso específico na área da educação inclusiva. A maioria das entrevistadas possui a Licenciatura Plena; três com curso de especialização em diversas áreas tais quais gestão escolar e Psicopedagogia, porém em temas diferentes à educação especial. Ressalta-se que as docentes A e B, por atuarem em sala de recursos,

possuem formação específica, sendo obrigatório um curso que abarque a temática da inclusão.

Fiz ensino normal, graduação em Pedagogia, especialização em Orientação Escolar e especialização em Educação Inclusiva e Especial com ênfase em surdez, atualmente curso mestrado. (DOCENTE A)

Curso adicional de Educação Especial, Especialização em Psicopedagogia e curso de LIBRAS. (DOCENTE B)

Licenciatura Geografia e especialização em Gestão Escolar. (DOCENTE D)

O interesse por um curso específico para atuar com classe especial não é citado em nenhum momento e mesmo que pontue esse questionamento, a resposta obtida é que está em final de carreira, assim como não pretende realizar:

Já estou com 63 anos, trabalho enquanto for possível não sei se farei curso não. (DOCENTE E)

Eu já estou me aposentando então já estou saindo do magistério, tenho 36 anos de magistério. (DOCENTE C)

4.3. Experiência docente e possíveis dificuldades encontradas em sala de aula.

A experiência alcançada por tempo de carreira em sala de aula confronta-se com a inexperiência de ter alunos surdos incluídos. A docente apresenta domínio de conteúdo, sabe dialogar com a turma, mesmo sendo estas lotadas, porém não alcança os objetivos especificamente com os surdos.

[...] verifica-se que os mesmos não têm experiência com esse tipo de educando, e mal dão conta, em suas classes lotadas, de um número grande de alunos que, embora não tenham deficiências específicas, apresentam inúmeros problemas de

aprendizagem e/ou de comportamento. (GLAT E PLETSCHE, 2004 p. 351).

Analisando as entrevistas, é pertinente ressaltar que cinco professoras já possuem mais de 30 anos lecionando, e estão no processo de aposentadoria, pontuando que não possuem experiência para lidarem com crianças “incluídas”, tendo em vista que essa inclusão ocorreu há mais ou menos dois anos nessa instituição que se configura como escola-pólo de alunos surdos no município.

Tenho 30 anos de magistério, o tempo adquirido aprende-se muita coisa, pois a teoria é diferente da prática (DOCENTE D)

No município desde 2002, mas tem 6 meses trabalhando com os surdos. (DOCENTE E)

Pelo exposto, emerge que a primeira dificuldade em sala é a comunicação professor-aluno, tal qual a prática inclusiva. Mas alguns tópicos foram pontuados, dentre eles: a falta de recursos didáticos, ausência de intérpretes, a transcrição para português, entre outros. “Ainda há um rótulo, onde não é identificado nominalmente e sim como surdo, é cultural, sempre digo que tem que ser chamado pelo nome, pois é um preconceito da formação da sociedade.” (DOCENTE F)

A identidade do aluno surdo é marcada pela expressão “aquele surdo”. Trata-se de uma expressão presente na sociedade, de modo mais amplo, pois já o vê como diferente do ouvinte, que é reconhecido pelo nome. Esta identificação salienta o discurso do preconceito vivido em sala de aula, que tem como força motriz a frustração, a falta do reconhecimento de uma identidade positiva, prejudicando, assim, o processo de ensino e aprendizagem.

Entretanto, cabe destacar declarações ambíguas como as encontradas nas falas da docente F, em que a mesma afirma que é uma agente educadora que está inserida na comunidade escolar para revitalizar os valores e formar

cidadãos de forma que impeça que seja discriminado como surdo, pois todos ali presentes possuem nomes.

Segundo as declarações das entrevistadas, outro fator muito citado é a presença das famílias, pois muitas não aceitam que seus filhos precisam de um “tratamento especial”, um acompanhamento a mais do que o que está presente na instituição escolar. Para as mesmas, faz-se necessário ter um grupo especializado para auxiliar na aprendizagem, pois não há como efetivar o processo de escolarização sem que tenha o apoio familiar. “Os familiares são omissos, não são presentes.” (DOCENTE G)

4.4- Análise das políticas públicas de inclusão.

Como já mencionando anteriormente, as políticas públicas de inclusão norteiam as instituições escolares para que realizem um atendimento especializado e de eficiência para os alunos que irão ser incluídos em classes regulares. Mas, segundo a percepção das participantes desta pesquisa:

Está no papel, mas na prática está longe, daqui uns 20 anos estará em prática, mas o uso da LIBRAS na escola tem que amadurecer muito para implantar (DOCENTE A)

Houve um avanço, mas não pode esquecer que não é só o intérprete é necessário mais recursos , aulas práticas para atingir o objetivo e concretizar o abstrato(DOCENTE B)

Nas instituições escolares, o que se oferece de inclusão são os intérpretes, porém a disponibilidade destes não faz da escola uma escola bilíngüe. Desse modo, faz-se urgente reestruturar todo o projeto político pedagógico da escola para que assim a efetivem.

Portanto, o atual e grande desafio posto para os cursos de formação de professores é o de produzir conhecimentos que possam desencadear novas atitudes que permitam a

compreensão de situações complexas de ensino, para que os professores possam desempenhar de maneira responsável e satisfatória seu papel de ensinar e aprender para a diversidade. PLETSCHE (2009, p. 148)

Concordando com Pletsch (2009), a formação acadêmica impede que o docente contextualize a inclusão, pois se faz necessário adequar as novas exigências educacionais. Para exemplificar, a declaração da docente a seguir: “Se nós seres normais temos problemas imagina um surdo, é muito pior , nada relacionado a cultura atende aos surdos é lamentável, a universidade poderia cuidar disso , pois há um enorme abismo entre a academia e a prática.” (DOCENTE E)

Além dessa distância da formação docente e a prática das políticas públicas de educação inclusiva, evidencia a realidade nacional que os professores, de maneira geral, não se sentem preparados para receber em sua sala de aula alunos especiais (GLAT; FERREIRA; OLIVEIRA; SENNA, 2003 APUD PLETSCHE 2009), como enfatiza a professora:

“Não acho correto, devido a não ter professores preparados, a maioria não possui formação, ter alunos com deficiência mental é muito difícil, pois atrasa a aula devido a esses alunos, não é errado, mas é necessário professores especializados.” (DOCENTE D)

Como se vê, as políticas públicas estão presentes apenas nos documentos legais, não se transportando para contextos reais. Neste sentido, a imersão no campo empírico denota que a prática não atende às necessidades da inclusão, primeiramente, no discurso das professoras que ignoram os motivos pelos quais seus alunos estão inseridos em suas classes, assim como a formação insuficiente para argumentar e relacionar-se bem no processo de ensino aprendizagem.

4.5- A construção do conhecimento científico dos surdos e os recursos disponíveis na escola.

[...]a formação dos conceitos científicos durante o processo de escolarização chamamos a atenção para a importância de sua compreensão a partir do entendimento das relações e especificidades presentes na elaboração dos conceitos cotidianos. Entendemos que os conceitos cotidianos se constituem nas experiências diárias e nas relações com os outros” PLETSCHE (2014, p. 15).

Segundo as professoras, o cotidiano do aluno é o recurso mais utilizado pelos docentes para a construção do conhecimento científico de forma que o relacione ao tema formalizado em sala de aula e a sua vida na sociedade.

Ao questionar as docentes sobre como o conhecimento científico se faz presente no processo ensino e aprendizagem, verifica-se a ênfase no conteúdo programático, elemento central na prática de ensino:

Depende de cada aluno, uns tem facilidades de absorver o conteúdo outro mais (DOCENTE C)

Observo a localização, espaço, analisando os continentes uma noção do mundo. (DOCENTE D)

Não conseguimos viver somente da razão. (DOCENTE E)

Observa-se a ausência de objetivo em inserir os alunos surdos no processo de aquisição do conhecimento científico. O discurso mais utilizado é a igualdade. Aqui cabe uma questão: como igualar se não contextualizam para realidade do surdo os conceitos? E por seguinte a gestora me responde:

Temos um projeto já a caminho, pois estão fazendo um arquivo para os alunos surdos, essa instituição é referência para alunos surdos. Os nossos professores (os surdos são normais e os não normais são os outros) aceitam esses alunos. A escola preparou todos para receberem esses, pois já se tornou normal ter eles aqui, além de ter outras necessidades. (DOCENTE G)

Concordando assim com a necessidade do surdo sentir pertencente ao meio escolar, o projeto citado acima foi presenciado pela pesquisadora em sua forma inicial, onde as avaliações são gravadas em vídeo, sendo perguntas e respostas, filmadas pelos intérpretes e no dia combinado igual aos demais alunos o vídeo é exibido em sala específica para que ocorra o processo avaliativo dos alunos surdos.

Sendo a sala para exibição do vídeo específica, destaca-se como o recurso mais argumentado pelas professoras sendo este a sala multimídia. Os recursos são escassos sendo de grande insatisfação, pois não há materiais palpáveis para exemplificar aos alunos. A parte lúdica disponibilizada só atende ao público da etapa da educação infantil.

Considerações Finais

Refletir sobre um dado objeto de estudo é reconstruir conceitos - não fixando que o conhecimento do autor seja o único e verdadeiro - e desconstruir a sua verdade a partir dos possíveis conceitos formulados na experiência da pesquisa.

Uma relevância deste trabalho é a inserção no meio empírico, onde se fez necessário um informante qualificado, como rotineiro nos estudos antropológicos sobre imersão no campo. Deste modo, por meio deste há a indicação de quais docentes iriam realizar as entrevistas. Apesar de estar inserida no meio educacional, as entrevistas não são práticas do cotidiano docente.

Ao realizar um levantamento das políticas públicas nos últimos quinze anos é pertinente ressaltar que quando há a ênfase da Declaração Mundial de Educação (1990) que a educação é um direito para todos, configura-se a inclusão de forma que sejam criadas estratégias e reformulações nos contextos escolares para que alunos com necessidades especiais, destacam-se os surdos, sejam, de fato, usuários efetivos de um sistema de ensino.

Salienta-se a perspectiva de fazer uma sociedade livre de ações discriminatórias e destacar a reunião de diversos países, em 1994, formulando a Declaração de Salamanca, que propõe para a escola a forma íntegra de ação transformadora da sociedade.

Com isso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9394/96) enfatiza o atendimento especializado para alunos com necessidades especiais, de forma que seja adotada a educação especial, que, por seguinte, venha passar a ser educação inclusiva.

O documento posterior sobre a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), determina a inclusão de LIBRAS

e Língua Portuguesa como ensino bilíngue, de forma que o aluno possua o domínio de sua própria língua e cultura.

A realização desta pesquisa baseou-se no quantitativo de periódicos publicados com a temática em tela, no entanto foram localizados de acordo com as palavras chaves ensino bilíngue, formação docente, ensino superior artigos que tratavam de educação especial e inclusiva com ênfase nos surdos, porém dos demais pesquisados totalizando 100 trabalhos, o enfoque não era a pertinência do professor em sala e sim os respaldos legais para a sua atuação.

Em seguida, dado o levantamento bibliográfico realizado e as leituras pertinentes aos documentos legais que norteiam as políticas para a educação na perspectiva da inclusão de pessoas com deficiência, a pesquisa de campo foi elucidativa para se averiguar, a partir de relatos docentes, como se desenvolve a aquisição do conhecimento científico pelos surdos. Entretanto, o esforço de “estranhar” um fenômeno familiar colaborou para uma interpretação reflexiva acerca do contexto em questão. Embora, reconheça-se que a experiência antropológica aproximou-se mais a uma “Antropologia de Gabinete”.

Diante as entrevistas, verifica-se que a temática inclusão se afasta da realidade, pois, segundo os relatos, a prática docente permanece inalterada em relação aos alunos surdos. Não há adaptação nem preocupação caso não haja aprendizagem. Para algumas docentes, basta ter somente o intérprete em sala de aula e não uma vontade de realmente ser uma agente de transformação, investir em mudanças no sistema, acolhendo esses alunos que já são discriminados pela sociedade.

O conflito entre teoria e prática docente permeia toda a educação inclusiva, evidenciado pela declaração da gestora da instituição escolar:

Quem dera que todos os diretores abraçassem a causa, pois esses alunos são excluídos, discriminados, é muito árduo, na qual inferi que realiza o trabalho com satisfação e não por simplesmente cumprir regras. (DOCENTE G)

Esta pesquisa visa contribuir para os debates a respeito da aquisição do conhecimento científico pelos alunos surdos de modo que não sejam meros receptores de conteúdos, mas que sejam sujeitos capazes de contextualizar, levantar hipóteses e livres para novos questionamentos.

Referências Bibliográficas.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

_____. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem**. UNESCO, Jomtiem/Tailândia, 1990.

_____. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994..

_____. Ministério da Educação. **Portaria n.o 1793/94**. Brasília, 1994.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

_____. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948 . Brasília 1998.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Decreto N° 5.626**, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei N° 10.436, de 24 de abril de 2002

_____. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, janeiro de 2008.

CHASSOT, Attico. Alfabetização científica: uma possibilidade para a inclusão social. **Revista Brasileira de Educação**. Jan/Fev/Mar/Abr 2003 N° 22

FELTRINI, Gisele Morisson; GAUCHE, Ricardo. Ensino de ciências a estudantes surdos: pressupostos e desafios. **VI Encontro Nacional De Pesquisa Em Educação**. Em Ciências.2005.Disponível em : <http://www.nutes.ufrj.br/abrapec/vienpec/CR2/p386.pdf>.

FERREIRA, Michele Marcelina , **Educação Inclusiva** ,São Paulo, 2009
Disponível em :<
<http://www.unisaesiano.edu.br/encontro2009/trabalho/aceitos/CC31441044850.pdf>> Acesso em 18/10 /2014

GLAT, Rosana, PLETSCHE, Márcia Denise, FONTES, Rejane de Souza.
Educação inclusiva & educação especial: propostas que se

complementam no contexto da escola aberta à diversidade. Santa Maria, v. 32, n. 2, p. 343-356, 2007

LAGE, Giselle Carino. Revisitando o método etnográfico: contribuições para a narrativa antropológica. **Revista Espaço Acadêmico**, nº 97, junho de 2009. Disponível em:< <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/7104/4134>> Acesso em 10/01/2015

MOREIRA, Herivelto; CALEFFE, Luiz Gonzaga. **Metodologia da pesquisa do professor pesquisador.** 2ª edição Rio de Janeiro, 2008. Editora Lamparina,

NASCIMENTO, Andréa Silva do. **“Além da Linha Vermelha”- Um estudo sobre a formação de professores em Física, Química e Matemática na interface das políticas públicas e do mundo do trabalho.** Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em Políticas públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

PLETSCH, Márcia Denise. **Educação Especial E Inclusão Escolar: Políticas, Práticas Curriculares e Processos de Ensino e Aprendizagem.** Poíesis Pedagógica, Catalão-GO, v.12, n.1, p. 7-26, jan/jun. 2014.

_____. **A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisas.** Educar, Curitiba, n. 33, p. 143-156, 2009. Editora UFPR. p.143 a 156.

QUEIROZ, Thanis Gracie Borges; SILVA, Diego França; MACEDO, Karlla Gonçalves de; BENITE, Anna Maria Canavarro. **Estudo de planejamento e design de um módulo instrucional sobre o sistema respiratório: o ensino de ciências para surdos.** Revista Ciência e Educação. (Bauru) vol.18 nº 04 Bauru 2012.

ROSA, Emilia Faria. **Educação de surdos e inclusão: caminhos e perspectivas atuais.** Revista Reflexão e Ação. Santa Cruz do Sul, v.19, n2, p.146-157, jul./dez. 2011.

RAMOS, Célia Regina. **História Da Datilologia.** Editora Arara Azul. Petrópolis /RJ. Disponível em < <http://www.editora-arara-azul.com.br/pdf/artigo3.pdf>>

ROCHA, Solange Maria. **História do INES.** Disponível em < http://portalines.ines.gov.br/ines_portal_novo/?page_id=1078 >

SILVA, Angélica Bronzatto de Paiva; PEREIRA, Maria Cristina da Cunha;. **O Aluno Surdo na Escola Regular: Imagem e Ação do Professor.** Psicologia: Teoria e Pesquisa., maio/agosto 2003. Vol.19, nº2. Pag.173-176

VELHO, Gilberto. **Observando o familiar.** In: NUNES, Edson de Oliveira. A Aventura Sociológica. RJ, Zahar, 1978.

WITKOSKI, Sílvia Andreis. **Surdez e preconceito: a norma da fala e o mito da leitura da palavra falada**. Apud: Revista Brasileira de Educação v. 14 n. 42 set./dez. 2009

ANEXO-1

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

(de acordo com as Normas da Resolução nº 196,

do Conselho Nacional de Saúde de 10 de outubro de 1996).

Você está sendo convidado para participar da pesquisa elencadas ao tema: “ALUNOS SURDOS E CONHECIMENTO CIENTÍFICO: uma reflexão a partir de relatos docentes. Este estudo faz parte de um projeto de pesquisa, do programa de Pós Graduação do I Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro/ Campus Mesquita.

Você foi selecionado (a) por ser professor (a) do Ensino Fundamental II , exercendo a profissão em uma instituição pública que oferece Educação Inclusiva com Surdos. Sua participação não é obrigatória. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o (a) pesquisador (a) e nem com qualquer setor desta Instituição. Este estudo tem como objetivo Analisar os processos pelos quais os alunos surdos adquirem o conhecimento científico através dos relatos de docentes que atuam em classes regulares.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder uma entrevista . Não há riscos relacionados à sua participação nesta pesquisa. Mas, a sua participação poderá contribuir para o estudo do cotidiano da educação básica.

As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre a sua participação. Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação. Os resultados serão divulgados em apresentações ou publicações com fins científicos ou educativos.

Participar desta pesquisa não implicará em nenhum custo para você, e, como voluntário, você também não receberá qualquer valor em dinheiro como compensação pela participação.

Você receberá uma cópia deste termo com o e-mail de contato onde a professora que acompanhará a pesquisa poderá ser encontrada para maiores esclarecimentos.

Instituto Federal do Rio de Janeiro.

Espaço Ciência InterAtiva

Rua Paulo I, s/nº, Praça João Luiz do Nascimento, Centro – Mesquita

Telefone: (21) 2797-2500

Declaro que entendi os objetivos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Assinatura do participante da pesquisa.

ANEXO 2

1-Como você desenvolve a prática docente no cotidiano?

2-Relate sobre sua experiência docente com alunos surdos em classes regulares:

3- Você possui algum curso específico que tenha em seu currículo a educação inclusiva?

Se positivo:

a) O conteúdo do curso atendeu suas expectativas?

b) O curso contribui para a prática em relação com surdos?

c) Qual foi a carga horária desse curso? Qual instituição?

d) Qual foi a motivação em fazer esse curso?

Se negativo:

a) Que tipo de formação continuada contemplaria a perspectiva inclusiva?

b) Quanto tempo leciona?

c) Deseja realizar algum tipo de formação?

4- Quais possíveis dificuldades encontradas em classes com alunos surdos?

5- Analise as políticas públicas educacionais no que se refere à inclusão de modo geral e à inclusão de alunos surdos.

6- Como se efetiva o ensino de Ciências?

7- Quais recursos estão a sua disposição para o ensino a alunos surdos?

8- Como você avalia a aprendizagem avalia seu aluno?

9- Como você avalia a aprendizagem seu aluno surdo?